

O CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A – CIASC com sede em Florianópolis na Rua Murilo Andriani, nº 327, Itacorubi, CEP 88.034-902, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.043.745/0001-65, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Sergio André Maliceski e por seu Vice-presidente de Tecnologia, o Sr. Luis Haroldo de Mattos e por outro lado a **LIFERAY LATIN AMERICA LTDA - (LIFERAY)**, com sede na Rua dos Arcos, nº. 160, Edifício Arcos do Poco Corporate, Sala 18, CEP 52.061-180, Recife-PE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.902.443/0001-94, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Emanuel de Matteo, têm entre si, justo e contratado o serviço técnico especializado em consultoria, mentoria e repasse de conhecimento sobre a plataforma de transformação digital Liferay, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

- 1.1 - Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal nº. 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, disponível em <http://www.transparencia.ciasc.sc.gov.br>; bem como, às regras e condições estabelecidas no processo CIASC 0723/2020, ao Termo de Referência da CONTRATANTE, à proposta da CONTRATADA, independente de transcrição e às demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

- 2.1 - Define-se como objeto do contrato o serviço técnico especializado em consultoria, mentoria e repasse de conhecimento sobre a plataforma de transformação digital Liferay, conforme termo de referência em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E REAJUSTE

- 3.1 - Pelos serviços objeto do presente instrumento, ora contratados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$20.880,00** (vinte mil, oitocentos e oitenta reais).
- 3.2 - No preço estipulado no item 3.1 da Cláusula Terceira estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas incidentes sobre a prestação dos serviços, tais como despesas administrativas, trabalhistas, fiscais, financeiras ou outros incidentes por todo o período de vigência do contrato.
- 3.3 - O preço dos serviços, objeto do presente Contrato **será irrealizável** pelo período de 12 (doze) meses. Decorrido este prazo os preços poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, mediante negociação, limitada a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrido entre o mês anterior a assinatura do contrato ou o último reajuste e o mês anterior ao mês que será reajustado.
- 3.3.1 - Caso se verifique a extinção do índice de reajuste estipulado no item 3.3, este será substituído por outro índice na forma da lei. Na sua falta, um novo critério será acordado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente a prestação do serviço, mediante apresentação de Nota

Fiscal/Fatura e condicionado ao aceite da área competente do CONTRATANTE.

- 4.1.1 - Caso o CONTRATANTE deixe de cumprir com o pagamento na data prevista, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores poderão ser corrigidos monetariamente através do IGP-DI – Pro Rata Tempore.
- 4.2 - Somente poderão ser objeto de faturamento os quantitativos efetivamente fornecidos, devidamente aceitos pela área competente do CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento e fiscalização.
- 4.3 - O pagamento devido pelo CONTRATANTE será liquidado por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA.
- 4.4 - No ato do pagamento, se houver sido imposta qualquer multa, fica o CONTRATANTE autorizado, desde já, a deduzir o valor correspondente da quantia devida, sem prejuízo de demais penalidades previstas na Lei Federal nº. 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC.
- 4.5 - Deverá constar obrigatoriamente nas Notas Fiscais de Prestação de Serviços, o Código Nacional de Atividade Econômica – **CNAE** correspondente aos serviços prestados; o Código Fiscal de Prestação de Serviços – **CFPS** e o Código de Situação Tributária – **CST**.
- 4.6 - O CONTRATANTE não efetuará o pagamento de títulos descontados ou através de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros através de operação de “factoring”.
- 4.7 - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, mediante a apresentação por parte da CONTRATADA dos seguintes documentos devidamente atualizados:
 - I) Prova de **regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do **FGTS**.
 - II) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional** de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e a **inscrições em Dívida Ativa da União** junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
 - III) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina** e, se for o caso, do Estado em que for sediado a CONTRATADA, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto nº 3.884, de 26.08.1993.
 - IV) Certidão Negativa de **Falência, Concordata e Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - V) Comprovante de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria Geral da União.
- 4.7.1 - A não apresentação dos documentos exigidos no subitem 4.7, implicará automaticamente, na suspensão do pagamento das faturas.

- 4.7.2 - Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.
- 4.7.3 - A CONTRATADA que, por sua natureza ou por força de lei, estiver dispensada da apresentação de determinados documentos deverá apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.
- 4.8 - Nos casos que couber, a CONTRATADA deverá encaminhar o arquivo da Nota Fiscal Eletrônica para o e-mail: nfe@ciasc.sc.gov.br.
- 4.9 - **Substituição Tributária:** Como contribuinte sediado em Florianópolis, o CIASC está enquadrado como substituto tributário, devendo reter na fonte o Imposto Sobre Serviços (ISS), Lei Complementar nº 126, de 28 de novembro de 2003.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS E VIGÊNCIA

- 5.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de junho de 2020, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, podendo ser prorrogado de acordo com a Legislação vigente.
- 5.2 - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 - Executar o objeto do contrato atendendo em padrão e prazos as exigências e demais termos acordados na Proposta Comercial e neste contrato.
- 6.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quando da execução dos serviços.
- 6.3 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.
- 6.4 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.
- 6.5 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CIASC e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.
- 6.6 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CIASC, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato.
- 6.7 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

- 6.8 - Manter atualizadas as condições de habilitação perante o CONTRATANTE durante toda a execução do contrato.
- 6.9 - Demais obrigações constantes no Termo de Referência, anexo a este contrato.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.14 - Providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e aditamento(s), se ocorrer(em).
- 6.15 - Informar a CONTRATADA as manutenções corretivas que se fizerem necessárias, acionando a CONTRATADA, conforme sua necessidade.
- 6.16 - Pagar à CONTRATADA, na forma estipulada neste contrato, o preço ajustado.
- 6.17 - Dar o aceite e recebimento do objeto do presente contrato, se atendidas todas as condições.
- 6.18 - Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato sob todos os aspectos, inclusive, quanto ao fiel cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas da CONTRATADA relatando as irregularidades, quando for o caso.
- 6.19 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços.
- 6.20 - Disponibilizar a CONTRATADA as informações necessárias a plena execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 - A execução do objeto do contrato será fiscalizada pelo fiscal de contrato designado através de resolução interna do CONTRATANTE, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, o qual caberá comunicar formalmente o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, devendo a CONTRATADA fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 7.2 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar o fornecimento, no todo ou em parte, sempre que não atender aos padrões técnicos exigidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRIVACIDADE

- 8.1 - DATA CENTER - É a estrutura física e lógica do CONTRATADO localizado na sua sede central.
- 8.2 - DADO PESSOAL - informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- 8.3 - TITULAR DOS DADOS PESSOAIS: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- 8.4 - TRATAMENTO: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

- 8.5 - CONTROLADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais
- 8.6 - OPERADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- 8.7 - Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) o CONTRATANTE se enquadra na categoria de CONTROLADOR e o CONTRATADO na categoria de OPERADOR, devendo os mesmos respeitarem e seguirem as cautelas da Lei.
- 8.8 - É dever do OPERADOR, ao ser demandado pelo CONTROLADOR, garantir a fruição dos direitos dos TITULARES DOS DADOS PESSOAIS, nos termos do art. 18 da LGPD, a qualquer momento e mediante requisição, em prazo definido na legislação.
- 8.9 - Cabe ao OPERADOR tratar os dados pessoais com a finalidade exclusiva e específica inerente ao objeto deste contrato, eliminando os mesmos no término de sua vigência.
- 8.10 - O OPERADOR deverá prover mecanismo de exportação dos dados portáteis para outra plataforma, ao término do contrato, mediante solicitação do CONTROLADOR.
- 8.11 - O OPERADOR deverá fornecer o contato (nome, telefone, e-mail) do encarregado para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- 8.12 - O OPERADOR deverá manter em absoluto sigilo todos os dados e informações de caráter pessoal, que tiver acesso por meio deste contrato.
- 8.13 - O OPERADOR deverá aplicar controles de segurança da informação adequados para garantir a segurança de dados pessoais.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

- 9.1 - O contrato **poderá ser rescindido**, nos termos previsto na Seção XI - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC:
- 9.1.1 - Por ato unilateral de qualquer das partes, precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 9.1.1.1- Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.
- 9.1.2 - Amigavelmente, ressalvado o interesse público, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardados o interesse do CONTRATANTE e mediante prévia justificação.
- 9.1.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 9.1.4 - No descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais pelas partes assegurado à outra parte o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo,

independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

- 9.1.5 - A rescisão do contrato, motivada pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais, sujeita a CONTRATADA a multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, independentemente de outras multas aplicadas por infrações anteriores.
- 9.1.6 - Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste Contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.
- 9.1.7 - Na aplicação destas penalidades e das demais previstas neste instrumento serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 - A CONTRATADA estará sujeita às penalidades contidas no Capítulo III – DAS SANÇÕES, do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, e na Seção III – Das Sanções Administrativas da Lei Federal nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, na hipótese em que não venha a cumprir o que dispõe o Contrato.
- 10.2 - A CONTRATADA, se ensejar o retardamento da execução do objeto deste instrumento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao CONTRATANTE pelo infrator, garantido o direito à ampla defesa:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária do direito licitar e de contratar com o CIASC, por período de até 2 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do CIASC, pelo prazo de até 2 (dois) anos e realizado seu registro no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso serão abertos vista do processo aos interessados.

- 10.3 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos ao CIASC, suas instalações,

pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, principalmente nos casos abaixo:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos no desenvolvimento dos serviços contratados, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

10.4 - Multa:

- a) No caso de interposição de recursos meramente procrastinatórios, de não regularização da documentação de habilitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, no atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- b) No caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA na execução do objeto contratado, a partir do primeiro dia, a mesma sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor contratado, que não excederá a 10% (dez por cento) do montante, que poderá ser descontado dos valores eventualmente devidos pelo CIASC e/ou cobrados de outra qualquer forma legal.
- c) No caso de descumprimento das obrigações legais e das Cláusulas Contratuais pela CONTRATADA, que ensejem a rescisão da presente avença; multa de mora de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.
- d) no caso de inexecução total, multa não superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

Parágrafo Primeiro - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a vencedora da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

Parágrafo Segundo - A multa aplicada a CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ele devido, cobrado diretamente ou judicialmente.

10.5 - A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória do contrato;
- c) atraso, injustificado, na execução dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando a prejudicar a execução do contrato;

- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA, idoneidade para contratar com o CONTRATANTE.
- i) outros atos de ação ou omissão capazes de causar, ou que tenha causado dano ao CIASC, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 - Por conta e risco da CONTRATADA correrão todas as despesas que se tornem necessárias para a realização dos serviços contratados, por intermédio deste instrumento, inclusive os itens relativos às exigências das autoridades fiscalizadoras competentes e todas as despesas decorrentes do serviço.
- 11.2 - O presente contrato foi elaborado de acordo com o Processo CIASC 0723/2020, sujeitando-se às normas da Lei nº 13.303/2016, e ao Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC.
- 11.3 - Qualquer omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das obrigações ora contratadas ou em exercer qualquer direito deste contrato decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito de qualquer parte de exercê-lo a qualquer tempo.
- 11.4 – Poderá ser assinado pelas partes um Acordo/Formulário de Pedido/Ordem de Faturamento (OF), padrão da CONTRATADA, instrumento adicional ao contrato, que não possui o condão de desconstituir o contrato.
- 11.5 - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Florianópolis/SC, para nele ser dirimido qualquer litígio oriundo do presente instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- E pôr estarem assim justos e contratados, as partes firmam o presente Instrumento, juntamente com as testemunhas.

Florianópolis, 21 de maio de 2020.

Pelo Contratante:

Sergio André Maliceski
Presidente

Luis Haroldo de Mattos
Vice-presidente de Tecnologia

Pela Contratada:

Representante Legal

Testemunhas:

Cristina Orthmann da Silva
Gerente de Produtos de Software

Matheus Norberto Gomes
Gerente de Finanças

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA / LIFERAY

1. OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência a solicitação de orçamento para contratação direta de empresa - doravante denominada CONTRATADA - para prestar ao Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC (CNPJ 83.043.745/0001-65, doravante denominada CONTRATANTE) serviço técnico especializado em consultoria, mentoria e repasse de conhecimento sobre a plataforma de transformação digital Liferay.

2. JUSTIFICATIVA

A CONTRATANTE, empresa pública, integrante do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, tem a finalidade de prover serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos órgãos e entidades da Administração Pública e é a executora da Transformação Digital no âmbito estadual.

Desta maneira, a CONTRATANTE desenvolveu (com tecnologia própria) o Portal Integrado de Serviços e Notícias para o Governo de SC, onde diversos serviços aos cidadãos estão sendo automatizados, gerando uma maior agilidade no atendimento, bem como uma grande economia de recursos em diversas atividades. Conjuntamente, este portal é fonte oficial de informações de todo o Governo de SC, centralizando e facilitando a publicação, categorização e priorização de notícias e sites institucionais destes órgãos e entidades.

Para dar mais agilidade e escalabilidade à evolução do portal, a CONTRATANTE identificou a necessidade da refatoração do mesmo para passar a ser baseado na robusta plataforma de transformação digital Liferay DXP, escolhida por conta da observação de experiências de sucesso em outros órgãos e também do posicionamento como líder no Quadrante Mágico para Plataformas de Experiência Digital da Gartner.

Devido à complexidade intrínseca desta plataforma, a CONTRATANTE deseja contar com parceria de empresa com notória e pública especialização em consultoria e desenvolvimento de projetos baseados em Liferay, para validação da ferramenta Liferay DXP e verificação de aderência da ferramenta aos principais requisitos do projeto.

3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A CONTRATANTE necessita de até 72 horas de consultoria remota, com técnico especializado, para atividades de mentoria, abordando os tópicos e requisitos a seguir.

- a) Desenvolvimento de um MVP do Portal em Liferay, contemplando:
 - i) Migração de site em ambiente baseado em Joomla e outro em WordPress:
 - 1) Conversão de posts, notícias, páginas, documentos, vídeos, áudios;

- 2) Busca integrada e parametrizada de todos os dados cadastrados no portal (notícias, serviços, órgãos, documentos, páginas institucionais, etc);
 - 3) Funcionalidades de CMS:
 - (a) Inserção e classificação integrada de notícias entre os portais (destaques);
 - (b) Gestão de níveis de usuários de edição, publicação e classificação de notícias;
 - (c) Possibilidade de multi categorização para notícias;
 - (d) Galeria de fotos, galeria de áudio, galeria de vídeos;
 - (e) Newsletter segmentada por categoria;
 - (f) Compartilhamento em mídias sociais;
 - 4) Dashboard personalizado para o usuário final, com notícias e serviços vinculadas ao interesse do usuário;
 - 5) Agendas setoriais por portal;
 - 6) Gerenciamento de banners nas páginas (com links);
 - 7) Hierarquia de páginas (hotsites, etc)
- b) Desenvolvimento de MVP de aplicação contemplando:
- i) Login integrado com [Gov.BR](#) (OAUTH2) e Intranet local;
 - ii) Viabilidade de execução em PWA/TWA (Progressive Web Application/Trusted Web Activities);
 - iii) Ferramenta de desenvolvimento facilitado de formulários:
 - 1) Possibilidade de tramitação (workflow) de etapas do processo do formulário dentro do próprio Liferay;
 - 2) Gestão de papéis de usuários, para possibilitar essa tramitação;
 - 3) Possibilidade de integração dos formulários com API's externas;
 - 4) Integração de etapas do processo com mensageria Apache Kafka;
 - 5) Suporte à Assinatura Digital ICP-Brasil em documentos;
- c) Ferramentas de verificação de estatísticas de acesso para todas as áreas do portal (analytics);

4. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Considerando a necessidade de reuniões diárias, interação constante e repasse de conhecimento para a equipe técnica da CONTRATANTE, a execução dos serviços realizada com 72 horas de consultoria remota.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

- a) Todos os serviços executados devem ser documentados de forma a garantir a sua replicabilidade pela equipe técnica da CONTRATANTE;
- b) Todos os requisitos de infraestrutura devem ser previamente acordados e validados por ambas as partes antes do início da execução dos trabalhos para evitar ociosidade no andamento das atividades;

- c) Os ambientes e devem ser entregues funcionais, de acordo com este termo de referência e devem ser homologados/certificados pela CONTRATANTE;

6. CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

Os serviços deverão ser executados em no máximo 12 meses após a contratação. O pagamento dos mesmos será em parcela única após homologação/certificação por parte da CONTRATANTE dos serviços conforme este termo de referência. As horas contratadas serão utilizadas de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, podendo esta encerrar o serviço assim que identificar o cumprimento de seus objetivos. O pagamento será efetuado pelas horas efetivamente utilizadas, não ultrapassando as 72 horas previstas neste contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

a. DA CONTRATADA

- i. manter, durante a execução deste contrato, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- ii. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- iii. manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário, e que deve manter permanente contato com o representante da CONTRATANTE responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas à execução dos serviços;
- iv. indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de notificações e comunicações a respeito da execução do contrato;
- v. responsabilizar-se pelo cumprimento do objeto contratado, nos prazos e condições pactuadas, observando os níveis de serviços e qualidade avaliados pela CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos eventualmente solicitados por esta e obedecendo aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes;
- vi. fornecer à CONTRATANTE, sempre que requerido formalmente, todas as informações solicitadas relativas aos serviços objeto do Contrato;
- vii. seguir as instruções e observações efetuadas pela CONTRATADA, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos e incorreções;
- viii. corrigir todos e quaisquer defeitos nos produtos entregues ou serviços prestados, no período de garantia, que compreendem, dentre outros, as imperfeições percebidas, a ausência de artefatos ou de documentação obrigatória e qualquer outra ocorrência que impeça o funcionamento normal do serviço contratado ou que não se apresente dentro dos padrões e níveis de qualidade definidos;

- ix. observar as disponibilidades estabelecidas pela CONTRATANTE sobre o horário de prestação do serviço, em conformidade com as leis trabalhistas, bem como acordos e convenções coletivas que dispõem sobre a categoria;
- x. responsabilizar-se por despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE;
- xi. manter consistentes e atualizados todos os artefatos produzidos e/ou alterados durante a execução dos serviços contratados;
- xii. garantir a compatibilidade das entregas efetuadas e que sejam totalmente aderentes aos produtos utilizados pela CONTRATANTE;
- xiii. cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;
- xiv. detalhar e repassar, conforme orientação e interesse da CONTRATANTE, todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, sem qualquer ônus adicional;
- xv. repassar aos profissionais indicados pela CONTRATANTE, durante a execução deste contrato, os documentos, procedimentos e demais conhecimentos necessários para continuidade dos serviços;
- xvi. solicitar autorização formal prévia à CONTRATANTE, caso precise utilizar soluções ou componentes de software de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros na construção dos programas ou quaisquer artefatos relacionados à presente contratação, quando estes componentes puderem afetar a propriedade do produto, ou incorrer em custos futuros de manutenção com licenciamento;
- xvii. cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal;
- xviii. respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- xix. tomar conhecimento e responsabilizar-se para que todos os seus funcionários tomem conhecimento e atendam as normas do Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE;
- xx. os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados;
- xxi. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade quanto à execução dos serviços;
- xxii. a CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato;

- xxiii. não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica da CONTRATANTE;
- xxiv. a CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros

b. DA CONTRATANTE

- i. acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a entrega do objeto da contratação, exigindo o integral e efetivo cumprimento das exigências estabelecidas;
- ii. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- iii. homologar os artefatos entregues pela CONTRATADA;
- iv. comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos serviços;
- v. fornecer à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto do contrato;
- vi. proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas estabelecidas em contrato;